

# Keynes e Wittgenstein: Rumo à Economia Política da Política Econômica

Gilson Schwartz<sup>1</sup>

*"Meu ponto é simplesmente que o enorme peso da contemplação na hierarquia tradicional borrou as distinções e articulações no interior da própria vida activa e que, apesar das aparências, essa situação não se altera essencialmente por causa da ruptura moderna e mesmo inversão hierárquica com a tradição, em Marx e Nietzsche. É pela própria natureza do famoso "colocar de cabeça para baixo" sistemas filosóficos ou valores comumente aceitos, isto é, na natureza da própria operação que a trama conceitual fica mais ou menos intacta.*

*A inversão moderna comunga com a tradicional hierarquia o pressuposto de que a mesma preocupação humana central deve prevalecer em todas as atividades dos homens, pois sem um princípio compreensivo nenhuma ordem pode ser estabelecida. Esse pressuposto não é uma questão de fato, e meu uso do termo vida activa pressupõe que o interesse subjacente a todas as suas atividades não equivale, não é superior nem inferior ao interesse central da vida contemplativa."*

*Hannah Arendt, The Human Condition*

*"Quetelet uma vez declarou com todas as letras - 'l'urne que nous interrogeons, c'est la nature'. Mas novamente na história da ciência os métodos da astrologia podem demonstrar-se úteis para o astrônomo, e pode afinal mostrar-se verdadeiro - invertendo a expressão de Quetelet - que 'La nature que nous interrogeons, c'est une urne'".*

*Keynes, J.M., Treatise on Probability*

*A aplicação da lógica decide a respeito de quais proposições elementares existem.*

*O que vem com a aplicação, a lógica não pode antecipar.*

*Isto é claro: a lógica não pode colidir com sua aplicação.*

*Mas a lógica deve manter contato com sua aplicação.*

*Portanto, a lógica e sua aplicação não se podem sobrepor.*

*Ludwig Wittgenstein, Tractatus Logico-Philosophicus*

Seria plausível combinar as visões de John Maynard Keynes e Ludwig Wittgenstein? O que economia tem a ver com filosofia da linguagem?

O ponto de partida é um fenômeno econômico concreto, mas que os economistas ingleses começaram a debater já no final do século 19: o das "regras do jogo" de um padrão monetário (o Padrão Ouro ou "Gold Standard"). Por caminhos diferentes, mas não incompatíveis, esses dois "ingleses" do início do século 20 trataram da lógica de seguir regras.

Wittgenstein continuou em Cambridge o trabalho de Bertrand Russell, mas também prosseguiu seu próprio diálogo com Frege, Spengler e Schopenhauer. Partiu da Lógica, mas seu percurso filosófico levou-o a questões fundamentais relativas à interpretação de regras e a uma variante de "kulturkritik", territórios onde são problematizadas as fronteiras entre Lógica e a Ética.

Keynes, na mesma Cambridge, interlocutor do mesmo Russell e contemporâneo (além de amigo) de Wittgenstein, igualmente atormentado pela percepção de uma crise civilizatória, começou desde cedo a conviver com a discussão das "regras do jogo"

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

do Padrão Ouro, e chegou mesmo a testemunhar a respeito em Comissões Parlamentares, onde também se negociavam os limites cada vez mais críticos entre Lógica e Ética. Foi, também, um participante ativo e angustiado da decadência da moral vitoriana.

O fenómeno da Política Económica coloca em primeiro plano o debate sobre uma lógica e sua aplicação e, ao mesmo tempo, nesse contexto a economia só faz sentido como uma prática de seguir regras. São problemas análogos aos tratados por Wittgenstein através dos jogos de linguagem e da crítica à "fundamentação" lógica da matemática. O que é ou não aplicável depende não apenas de uma questão de engenharia ou cálculo, mas de uma forma de vida que se supõe respeitável e, no limite, inquestionável. A forma de vida capitalista.

Essa forma de vida, inclusive seus momentos recorrentes de reflexão e crise, é uma parte "indizível" dos modelos usados por economistas no debate acerca dos rumos a que estarão sujeitos os indivíduos, as classes e os setores económicos num percurso pelo tempo em que a "estrutura" é sempre pressuposta.

O estudo da política económica torna-se essencial para os debates sobre a dinâmica da economia, em especial quando a predominância da chamada "dinâmica financeira" é notória, caso do capitalismo contemporâneo.

Nesse "caso particular", a transformação da economia numa realidade mais próxima à da linguagem (ou seja, do pensamento e da lógica) é enorme. Caricaturalmente, pode-se dizer que a economia torna-se nada mais que um sistema de símbolos cujo sentido está recorrentemente subordinado à maneira como a informação pode ser decodificada segundo regras de cálculo apenas aparentemente unívocas.

A política económica define um "campo" no interior do qual esse cálculo económico pode fazer sentido ainda que a cada momento a forma de vida capitalista se transforme e, no limite, sua viabilidade seja posta em xeque.

\*

A crítica da economia como falta de política exige uma Teoria da Política Económica em substituição tanto à Economia Política Clássica quanto à Economia Pura. Nesse sentido, a economia e seu estudo devem abrir mão da busca de um "fundamento" (como o trabalho, a tecnologia, o Estado ou o mercado) para que se abram exatamente ao debate prático sobre a fragilidade de todo fundamento possível. É nesse sentido que a realidade económica mostra-se também como uma realidade comunicativa ou informacional, epistémica ou lingüística, o que abre espaço para um diálogo com Wittgenstein. Afinal, Keynes sempre discutiu os limites da linguagem, do cálculo e do formalismo na teoria económica. E a análise da linguagem feita por Wittgenstein leva, entre outros resultados, a uma variante de ceticismo quanto à possibilidade de fundamentação última do "logos".

Ocorre que nas duas matrizes antagónicas do pensamento económico moderno (que poderíamos caricaturar como Economia Política Clássica e Economia Pura) a política e, em particular, a política económica foram às vezes escandalosamente amputadas em nome de formas variadas de objetividade científica - sempre em busca de uma argumentação que se pretende puramente lógica e que se supõe capaz de guardar a devida distância das questões normativas ou da ideologia burguesa. E frequentemente todo o edifício conceitual repousa sobre um "fundamento" derivado de uma teoria do valor.

No marxismo, pretende-se ter uma vacina contra a chamada economia vulgar. No marginalismo, houve sempre também uma pretensão análoga, neste caso definida

como autonomia da economia positiva que sabe exatamente onde começa o campo normativo.

A "lógica do capital" e as "leis da acumulação" de inspiração marxista disputam com a "lógica do mercado" e as "leis de oferta e procura" a primazia enquanto formas adequadas à percepção da realidade econômica (nos dois casos, trata-se de formas lógicas).

Mas qual é, afinal, o estatuto de uma "forma lógica"? O tema parece redundante, porque a própria atividade econômica tem o dom de enquadrar o mundo num horizonte calculável cuja compreensão parece ser apenas uma extensão natural de lógicas que se bastam, "cuidam de si mesmas" e, em regra, condicionam ou subordinam todas as outras lógicas. Dentro desse mundo calculável o que está "fora do cálculo" é quase por definição irracional, indizível ou ideológico.

Com Wittgenstein e Keynes, entretanto, a relação entre mundo e formas lógicas torna-se problemática e, ainda que os dois abandonem a pretensão a soluções definitivas, ao menos os problemas aproximam-se da fronteira do visível e do mostrável.

O normativo, o convencional, o institucional e, de modo geral, o público saem da condição de resíduos pressupostos, mais ainda na medida em que na vida prática são comuns as situações que "escapam à lógica", como se o capitalismo acumulasse também traumas e atos falhos suscetíveis a terapias, como ocorre com a linguagem cuja gramática, para Wittgenstein, é sobretudo um exercício terapêutico através de jogos de linguagem.

Mas não se trata de pura analogia ou de aproximação metafórica entre Keynes e Wittgenstein. Há uma familiaridade substantiva entre os dois, tematizada explicitamente nas suas obras através da crítica à noção de certeza. A economia capitalista é para Keynes sobretudo uma dinâmica que se desdobra através das contradições entre incerteza financeira e convenções monetárias.

O dinheiro, como a mercadoria em Marx, é tratado como forma lógica. Mas em lugar da figura espacial do mercado, que condiciona as visões marginalistas ortodoxas, fica em primeiro plano o tempo, o futuro problemático de um sistema cujas regras podem subitamente perder o sentido.

Percebe-se assim com Keynes que a forma lógica se desdobra porque há mudança, ou seja, o tempo não é neutro, nem passa impunemente. Como reconciliar tempo e lógica? Eis a questão que, de várias óticas, está presente em Wittgenstein também.

Essa é uma pergunta familiar aos economistas que, na conjuntura ou na análise de trajetórias de longo prazo, tentam adivinhar o futuro (ou demonstrar a possibilidade de algum futuro) a partir da manipulação de expressões simbólicas que são asserções sobre a estrutura de um mundo submetido a roteiros de política econômica.

Entretanto, apesar da temporalidade ser crucial no que parece o campo mais relevante da análise econômica, tanto clássicos e neoclássicos quanto marxistas e schumpeterianos tentam salvaguardar exatamente essa responsabilidade da lógica econômica pura como âncora da racionalidade instrumental que decifra o tempo ao limite de torná-lo irrelevante.

Muitas vezes, mesmo quando se admite a crise ou o desequilíbrio, há uma restauração "ex post" que se trilhará segundo os mesmos princípios do sistema cuja instabilidade era preciso explicar. Há mudança, mas a forma lógica é intocável. O efeito

imediatos mas duradouro desse logicismo (no caso, economicismo) é a mutilação da política e da cultura, que se tornam derivações formais da própria economia.

Keynes foi um autor de economia que superou a economia, depois de uma investigação sobre a lógica da probabilidade, tema particularmente relevante do ponto de vista dos impasses entre tempo e lógica.

Pretendo mostrar como a Política Econômica, enquanto campo fundamental da economia, aparece como a resposta keynesiana à impossibilidade de uma teoria econômica aprisionada ao elemento (e ao tempo) lógico. Tal objetivo parece redundante. Afinal, qualquer aluno de primeiro ano sabe ser Keynes o "pai da política econômica".

Nem tanto. Fala-se de Keynes também como o "pai da macroeconomia moderna". E, sobretudo, a tradução da herança keynesiana como política econômica acaba, por baixo do pano, criando a imagem de Keynes como defensor de um tipo determinado e casuístico de política econômica (o fiscalismo, as políticas de gastos públicos anti-cíclicos) ou de mecanismo econômico (o subconsumismo ou a insuficiência da demanda efetiva).

Esses vários exemplos empobrecem a herança keynesiana no que ela talvez tenha de mais atual, ou seja, menos casuístico e transitório e, portanto, mais relevante do ponto de vista teórico: a reconstrução da lógica da economia como sujeita ao jogo da política econômica, um campo de regras cuja formulação é histórica. E a lógica de seguir regras, como evidencia Wittgenstein, não é trivial.

Resta saber quais devem ser os instrumentos dessa reconstrução. Os anos 80 foram o período de releitura filosófica de Keynes, uma espécie de volta às origens enquanto o mundo ocidental era literalmente desintegrado por uma nova obsessão liberal. Esse resgate filosófico centra-se no Treatise on Probability (TP), assim como no rastreamento de heranças filosóficas da juventude (o idealismo inglês, Moore, Russell, Marshall, os Apóstolos, etc.).

O trabalho que segue é uma releitura, nesse sentido, "filosófica" da obra de Keynes. A retomada do TP é central, assim como um rastreamento das presenças filosoficamente relevantes em Cambridge na virada do século. Entre essas presenças, destaca-se a do filósofo Ludwig Wittgenstein. Vindo da Áustria, Wittgenstein detectou erros técnicos cruciais na obra de Russell e foi seu discípulo rebelde nas discussões lógicas contemporâneas.

Projetar resultados da reflexão wittgensteiniana na obra de Keynes, entretanto, é uma opção que não se justifica nos quadros estritos de uma pesquisa historiográfica. Afinal, boa parte da obra do filósofo foi publicada e interpretada postumamente, quando ambos já estavam mortos.

É verdade que Keynes e Wittgenstein foram contemporâneos e íntimos, é verdade que um importante e jovem opositor de Keynes no campo da probabilidade (Ramsey) foi também um tradutor para o inglês das obras em alemão de Wittgenstein, é verdade que o impacto intelectual de Wittgenstein em Cambridge foi suficientemente forte para permitir a suposição de que seus dramas pessoais e lógico-filosóficos fossem discutidos e compreendidos com algum detalhe por outros célebres alunos de filosofia da matemática como Keynes.

Mas a opção por uma fecundação entre resultados wittgensteinianos e keynesianos não tem uma inspiração diretamente historiográfica: percebe-se a adequação mútua destacando sinais de parentesco entre os problemas dos dois que, em boa medida,

eram também os de Russell e de Cambridge. Ou seja, se há um certo ar de família nos problemas enfrentados pelos vários autores, parece razoável procurar um ar de família nas tentativas de responder a tais problemas.

Mas se há uma "história" relevante que precisa ser lembrada para legitimar esse exercício de interpretação é a da crise da hegemonia inglesa no final do século 19, mais particularmente com a emergência e consolidação do Banco da Inglaterra como um banco central mundial "avant la lettre" enquanto se discutia o caráter do Padrão Ouro.

Há, tanto do ponto de vista histórico quanto do lógico, uma problemática central: o amadurecimento na economia ocidental moderna de uma prática pública de instituição de regras. Na política, fascismo e comunismo aparecem cada vez menos como as rupturas históricas irreversíveis que pretenderam ser e cada vez mais como terríveis perversões do que se poderia imaginar como o fortalecimento progressivo de um movimento de massas maior.

No campo da filosofia dos sistemas econômicos, tanto o marxismo como o liberalismo vêem na sociedade capitalista um momento limite da operação de uma norma. A tradição marxista procura uma etapa posterior e, de preferência, "superior" à norma existente. A tradição liberal festeja a realização sempre pressuposta de um ideal de equilíbrio, que assim assume a condição de norma quase "natural". Ainda que de modo antagônico, as duas tradições vêem na Ordem Capitalista um ponto final.

Keynes coloca as duas tradições antagônicas de cabeça para baixo: o capitalismo liberal (politicamente, ou seja, democrático), não necessariamente ordenado, é a cada momento um novo início, é a reiteração de inícios e a abertura de possibilidades cujo teor só faz sentido através de formas econômicas e institucionais de negociação estratégica.

A linguagem (ou momento discursivo, informacional, comunicativo) que resume e reabre recorrentemente esse jogo negocial é a política econômica. A lógica é portanto o momento em que a possibilidade da política se afigura, é como o mundo se apresenta para quem vê o mundo economicamente.

Dessa perspectiva a política econômica é sempre um problema aberto pela própria lógica econômica e não uma suposta "aplicação" de um modelo teórico (que pretenderia ao mesmo tempo "interferir" nos mecanismos econômicos e se apresentar retoricamente como simples extensão dos mecanismos de mercado). Novamente as reflexões de Wittgenstein são oportunas, ao problematizarem essa relação entre a lógica e sua aplicação necessária.

A história do pensamento econômico pode ser relida como a sucessão de teorias econômicas que se prestaram sempre a ser a demonstração racional da "aplicabilidade" de receitas para problemas estratégicos historicamente cruciais. Ou seja, a prática busca a teoria na medida em que se indaga pela "legalidade" de seus pressupostos, pleiteando legitimidade, racionalidade e reconhecimento para as regras comportamentais que ao mesmo tempo supõe e sugere.

A teoria de Keynes é uma formulação que torna explícita essa vocação e compromisso da prática a ser "aplicação" de uma "teoria geral" que, a rigor, é sobretudo a projeção de regras cuja validade efetiva, "ex post", é talvez tão importante quanto a possibilidade de aumentar a confiança na própria projeção ou modelo, "ex ante". Dai o lugar central da "persuasão" na "teoria geral" de Keynes. Persuasão, confiança, convenções: elementos "extra-lógicos" essenciais na lógica de seguir regras.

A confiança, como o crédito, é uma forma de contradição.

Nas crises capitalistas contemporâneas o parentesco entre os momentos de exaustão cultural e a reflexão sobre o Tempo ganhou ainda mais importância, tanto no final do Século XIX, quando o padrão Ouro e a Hegemonia Inglesa começam a ruir, quanto nesse final de Século XX, em que a instabilidade financeira do Padrão Dólar acompanha os impasses da Hegemonia do Norte Ocidental.

Os economistas e suas obras participam dessa angústia civilizatória, entre outras razões porque um aspecto crucial do capitalismo é a importância do tempo e da confiabilidade das regras como referências culturais e cotidianas.

Vários historiadores já indicaram a importância da invenção do relógio mecânico no final da Era Medieval, com o surgimento das cidades e a espacialização do tempo. Weber, na sua célebre interpretação dos nexos entre protestantismo e capitalismo, insistiu na fecundação mútua entre a "vocação" e o culto ao uso adequado do tempo laico. Os momentos de Crise Geral Capitalista são também momentos em que o sentido do tempo econômico volta a ser discutido, como se a espacialização moderna do tempo do engenheiro citado por Thomas Mann ficasse intimamente abalada.

Mais ainda, a crise atual tem dimensões econômicas radicais. De um lado as economias capitalistas ocidentais vivem uma fase de perturbações cambiais, fiscais, monetárias e financeiras em escala global, num contexto de transição nos padrões tecnológicos e de ordenação militar. De outro, as economias centralizadas (ex-socialistas) passam por uma crise de valores e de eficiência distributiva, marcada por atraso tecnológico e impasse financeiro. Mais uma vez, são modelos globais que se vêm em questão, e não apenas aspectos operacionais com dificuldades conjunturais. Enquanto crise global, trata-se de momentos de revisão cultural mais ampla, em que o próprio conceito de civilização é posto em questão, e talvez mais ainda o conceito de civilização organizada em torno de Utopias Econômicas, como o Liberalismo e o Socialismo, ambas com forte vocação para a idealização do Futuro.<sup>2</sup>

A crise é sempre uma ruptura que explicita dificuldades na passagem entre o passado conhecido e o futuro incerto. Nesses momentos, uma tentação imediata é voltarem-se as mentes mais cautelosas para dois tipos de reação defensiva, o relativismo e o determinismo. Nesses dois casos não há mais história nem universalismo, pois o que caracteriza o movimento histórico é justamente a unidade dos dois pólos que essas opções representam: a liberdade e a necessidade. O liberalismo que resolver o medo do futuro na liberdade absoluta, o determinismo concentra suas defesas em esquemas mecânicos que ordenam de antemão o movimento histórico.

O desafio da Crise atual é mais uma vez tentar superar essa antinomia entre necessidade e liberdade, que se desdobra em outras antinomias aparentadas como passado e futuro, indivíduo e massa, micro e macro, subjetivo e objetivo, mercado e Estado, economia e não-econômico, conhecimento e arte, utopia e história.

---

<sup>2</sup> "Todos dizem que a modernidade está em crise. É um lugar-comum, mas como outros lugares comuns este pode ser até verdadeiro, desde que se entenda bem o alcance do diagnóstico. O que existe atrás da crise da modernidade é uma crise de civilização. O que está em crise é o projeto moderno de civilização, elaborado pela Ilustração europeia a partir de motivos da cultura judeo-clássica-cristã e aprofundado nos dois séculos subsequentes por movimentos como o liberal-capitalismo e o socialismo". Rouanet (1993,9).



O desafio não é novo, e a síntese necessária já foi tentada por muitos pensadores, inclusive no campo da Teoria Econômica. Marx, no Século XIX, e Keynes, no Século XX, são os clássicos que de modo mais direto apresentaram a consciência do desafio e as dificuldades de resolvê-lo teoricamente.

Nos dois a problematização do Tempo é central na análise da realidade econômico-social. Os dois *buscaram* sínteses capazes de ultrapassar as oposições formais entre necessidade e liberdade, passado e futuro. Finalmente, os dois foram retraduzidos em modelos ultradeterministas ou ultraliberais, conhecidos entre os economistas sob a denominação geral de "keynesianismo bastardo" (expressão cunhada pela economista inglesa Joan Robinson), num caso, e "marxismo vulgar ou dogmático", no outro.

No pensamento liberal ocorre, de modo geral, um apagamento das relações entre o pensamento, a realidade e o Tempo. Nos modelos econômicos esse apagamento significa geralmente a análise de mecanismos econômicos que são independentes do Tempo, no sentido bem preciso de se trata de mecanismo cuja operação pode efetivar-se a **qualquer momento do tempo e sem consideração da sua duração**. Em outras palavras, o Tempo na visão liberal é reversível, mesmo quando não se trata de modelos estritamente mecanistas. Reversível significa que ao descreverem os processos econômicos os liberais não vislumbram nenhuma filosofia da História, ou melhor, operam na suposição prática de que o capitalismo é ou eterno ou, como na versão mais sofisticada apresentada recentemente por Fukuyama, ponto final da História política.

Assim, o mercado ou as ações tidas por racionais e mutuamente compatíveis dos indivíduos econômicos operam sempre da mesma forma, independentemente do que já ocorreu no passado ou do que se espera ou aposte venha a ser o futuro. Os mecanismos de equilíbrio dos mercados, as decisões soberanas dos indivíduos e a irrelevância dos projetos de dominação vigente numa sociedade dão o tom das visões liberais.

No campo oposto estão as perspectivas deterministas. Mas é uma oposição que se resolve paradoxal e equivalente anulação da História. Quem já detém a fórmula do devir histórico, seja por fatores tecnológicos, militares, geopolíticos ou até por confiança em medidas estatísticas, como na teoria dos ciclos longos, deixa um campo restrito para a ação individual e coordenada, para a ação individual e coordenada, para a instituição de vetores totalizantes de legitimação. Nas vertentes de inspiração marxista, essa solução anti-histórica da História significa a pressuposição da Totalidade espacial e temporal como chave da ação política. Contra essa abordagem, há correntes talvez até ainda "marxistas" anti-dogmáticas que rejeitam a pressuposição do Todo, para enfatizar os processos de totalização sempre incompleta e potencialmente crítica das sociedades contemporâneas.<sup>3</sup>

O desafio, repita-se, é escapar à ingenuidade liberal que festeja o fim da História e a soberania dos indivíduos apenas para mascarar a violência recorrente e o esgotamento de uma energia utópica específica, de um lado, e ao absolutismo determinista dos modelos que consagram a ciclicidade ou a evolução rumo a algo superior ao já conhecido, de outro. Nas duas reações defensivas pode-se chegar no limite ao mesmo resultado: o apagamento da dimensão histórica e a equalização entre passado e futuro na atividade prática, ou seja, uma irrelevância do agir em tempo.

<sup>3</sup> Para Habermas, por exemplo: "La idea de un sujeto de la historia que se crea a si mismo, era y es una ficción; pero en modo alguno es absurda la intención que esa idea a la vez expresa y yerra de ligar la evolución de los sistemas socioculturales al tipo de control que es la autorreflexión eficaz de discursos (de conunidade intesubjetivas de orden superior autogeneradas por vía discursiva)." Habermas (1988, cap.8)

A busca de uma "terceira via" não é exclusividade de economistas ou cientistas sociais. Nas ciências da Natureza desvenda-se também uma relação inacabada e criativa entre os acontecimentos e o futuro, em que o processo natural tem sentido e significado sem referência ao conceito de equilíbrio, como se até no Universo Natural o Tempo tivesse uma dinâmica histórica.<sup>4</sup>

Marx, ao escrever sobre a economia capitalista, intitula sua obra uma "crítica da Economia Política". Para ele os economistas evitavam levar às últimas consequências o potencial de crise imanente ao capitalismo. Ao criticar a Economia Política, Marx sugeria também a necessidade de superar o campo da Economia para mergulhar na Política. Sua obra é ao mesmo tempo uma crítica do capitalismo e das teorias convencionais que se propõem a explicá-lo. A própria expressão "Economia Política" seria uma contradição, pois os autores clássicos buscavam mecanismos econômicos automáticos, anulando o papel da política. Nesse sentido, aliás, o próprio "marxismo científico" tornou-se uma caricatura infeliz do pensamento crítico de Marx.

Filosoficamente, Marx propunha uma "inversão" do discurso de Hegel, salvando-lhe o "núcleo racional". Esse núcleo racional era o método de exposição dialético, adequado a um objeto dinâmico porque expressão de sujeitos potenciais em conflitos recorrentes. Marx recusava a metafísica hegeliana, substanciada numa Filosofia da História que se resolvia na universalização terminal do sujeito racional como Estado burguês moderno.

Na inversão da dialética hegeliana Marx coloca o trabalho assalariado como elemento fundamental da dinâmica capitalista. E identifica nos trabalhadores um potencial sujeito político da transformação do capitalismo em novos sistemas de produção e gestão da sociedade.

Como os teóricos da Economia Política que critica, Marx inicia a análise da economia pela questão do valor. Mas o valor das coisas não está, como em Ricardo, na quantidade de trabalho incorporada a cada mercadoria. Os processos produtivos modernos envolvem a contratação de uma mercadoria cuja principal característica é a capacidade de gerar outras mercadorias: a força de trabalho. Procurar um padrão absoluto de valor é portanto ignorar que no núcleo da produção capitalista a relação salarial gera sempre um valor excedente frente às condições iniciais de cada período de produção.

A contradição lógica desse sistema arma-se entre o potencial de acumulação detonado pela concentração e centralização dos meios de produção e a realização nos mercados ao qual esses meios de produção estão voltados. Ou seja, interessa ao capitalismo sempre ampliar o excedente potencial, mas a possibilidade de crise surge por exemplo quando essa acumulação cria a possibilidade de mostrar-se subconsumo, dada a iniquidade distributiva derivada da relação salarial.

A contratação de força de trabalho ocorre sempre a partir de uma dada remuneração, um salário fixo por um certo tempo de trabalho (e que por inúmeras razões deve tender ao mínimo possível). Abre-se uma brecha para que cada trabalhador produza um volume de mercadorias cujo valor realizado no mercado no final das contas seja maior que o valor do próprio salário pago.

<sup>4</sup> "Que exigências devia satisfazer a física perante um universo evolutivo? Veremos que, atualmente, se podem enumerar três: a irreversibilidade, o aparecimento da probabilidade e a coerência, que constituem as condições de existência das novas estruturas que a física dos processos afastados do equilíbrio encontrou". Prigogine, I., O Nascimento do Tempo, Edições 70, 1990, pg. 36.



A relação salarial é uma base a partir da qual os empresários podem acumular riqueza. O capitalista apropria-se dos frutos do trabalho que, em virtude do trabalhador ter assumido o compromisso de receber apenas o salário, são propriedade do capitalista.

O mesmo "preço", portanto, guarda em seu interior duas relações opostas com o tempo. Para o trabalhador, o salário remunera uma quantidade de horas de trabalho já definidas. Para o trabalhador, o salário é uma riqueza referida, um dado. Para o capitalista, o salário é uma possibilidade aberta de valorização e acumulação.

O salário, para o capitalista, é uma entre várias possibilidades de ascender a um futuro incerto, mas que por definição pode ser de reprodução ampliada do seu capital. É a natureza monetária da relação salarial na economia capitalista que permite aos preços essa ambiguidade temporal. Por isso os historiadores marxistas demarcam as transições de modos de produção pre-capitalistas para o capitalismo investigando as origens do trabalho assalariado em cada caso.

Os preços para Marx não são o resultado automático de um processo de ajustamento e satisfação das inúmeras necessidades dos indivíduos. Os preços são um artifício pelo qual as pessoas têm a ilusão de associarem às operações de compra e venda uma quantia de dinheiro equivalente ao que consideram ser o valor do produto transacionado. Essa ilusão é uma confiança na estabilidade de um sistema de valores dados, quando na verdade o sistema de valores está sendo sempre reconstituído e é incerto por definição, tendo sentidos temporais diversos conforme a posição estratégica do indivíduo na sociedade.

Marx insiste no Dinheiro como indício da possibilidade formal de crise no capitalismo. Os trabalhadores têm a ilusão de venderem o seu trabalho por um salário. Na realidade, eles estão vendendo ao capitalista a possibilidade de produzirem produtos com valor superior ao salário pago num tempo já transcorrido no momento em que o salário vier a ser desembolsado pelo capitalista. Mas não há uma equivalência entre as horas de trabalho e o salário. Nessas horas o trabalhador acaba produzindo bens, que não lhe pertencem, com valor superior ao que aceitaram receber depois como salário. Entre o preço do trabalho e o preço dos bens produzidos com esse trabalho surge uma diferença, um valor excedente que é propriedade do capitalista.

O dinheiro, os preços, os salários camuflam as relações de propriedade diferenciadas e, portanto, vias de acesso diferenciadas em direção ao futuro social. A economia monetária cria uma ilusão de igualdade sob a qual, na realidade, processa-se uma acumulação progressiva de estoque sob a propriedade dos capitalistas. Ilusão de igualdade mas que mantém a equalização apenas como uma possibilidade formal.

Fica nos bastidores a questão da legitimidade desses contratos amparados numa homogeneidade ilusória do campo econômico.

Ao mesmo tempo, os capitalistas não desejam manter seus estoques de mercadorias, já que se defrontam mutuamente numa concorrência de vida e morte. O capitalista também enfrenta uma luta pela sobrevivência, para que não morra, não tenha menos lucro, menos mercado, acumule menos que os outros e seja devorado pelos mais dinâmicos. Cada capitalista precisa acumular mais que os outros - caso contrário, seus concorrentes não apenas abocanham fatias crescentes do mercado como investem na introdução de inovações tecnológicas, de produtos, publicitárias, etc.

Assim, a produção é administrada não para satisfazer as necessidades dos consumidores, mas para assegurar o máximo de acumulação - mas a acumulação disputa com o investimento a primazia na agenda do capitalista que precisa decidir seu futuro.

É importante ressaltar, na contracorrente de certos dogmatismos comuns no marxismo, que a História no capitalismo, ou seja, a relação entre passado e futuro, fica logicamente em aberto na obra de Marx. Tanto pela contradição entre capitalistas e trabalhadores quanto pela que se renova entre os capitais em concorrência, **nos dois casos mediada pelo Dinheiro. A lógica contraditória do capitalismo conduz em Marx da análise das necessidades ao terreno das possibilidades<sup>5</sup>.**

A dimensão Tempo é nessa exposição dialética da lógica social crucial. São diferenças de tempo subsumidas sob a forma aparentemente a-temporal do Dinheiro e do Salário as tensões sociais criativas da história na perspectiva marxista.

O debate sobre a Crise Final do Capitalismo revela mais das opções políticas de cada teórico e partido de esquerda que uma limitação insuperável da própria teoria de Marx. Nessa teoria da contradição, o Tempo é irreversível e os sentidos da história são apenas prováveis. Cada "leitor" de Marx faz então, como também cada leitor de Keynes, uma leitura que só pode se definir politicamente.

O pensamento econômico não marxista encontrou no Tempo um desafio insuperável enquanto se apegou à noção de equilíbrio. Nas últimas décadas do século XIX, contemporâneo portanto à obra de Marx, o economista inglês Alfred Marshall criticava qualquer pretensão à definição de um equilíbrio geral de todos os mercados. Sua obra surge num momento em que a vigência do Padrão-Ouro e a hegemonia inglesa já estão sendo postas à prova.

Para Marshall, o equilíbrio seria apenas uma expectativa, por parte de cada empresário, no sentido de operar sua firma em condições normais. O problema reside na definição do que seja esse "normal", já que as expectativas empresariais podem referir-se a inúmeros horizontes de tempo. Marshall procurava, então, definir situações de curto e longo prazo, assim como a própria história através da evolução da organização industrial e creditícia.

Mas a referência à idéia de equilíbrio, mesmo que definido como uma ficção empresarial, ainda impedia Marshall de ver a economia ameaçada por rupturas ou crises. Marshall propunha o abandono da analogia entre a economia e um mundo mecanista, e considerava a Biologia uma Ciência à qual a Economia deveria aparentar-se. No lugar do modelo de um conjunto de mercados com leis e mecanismos, Marshall propunha o desafio de ligar a análise econômica às expectativas dos agentes econômicos em concorrência uns com os outros.

A trilha aberta por Marshall foi seguida por vários discípulos na Inglaterra: D.H. Robertson, J.M. Keynes, Piero Sraffa e Joan Robinson. Mas a dinâmica econômica na heterodoxia pós-marshalliana não repousa sobre uma teoria da exploração dos trabalhadores e continua marcada por inúmeras referências à idéia de equilíbrio.

A inovação marshalliana que abre novas perspectivas é sublinhar o caráter imaginário e, mais que isso, especulativo do equilíbrio empresarial. Em Keynes falar em

<sup>5</sup> O tema da possibilidade da crise no contexto dos debates marxistas é explorado por Grespan, J. L.S. (1993), Método de Exposição e Categorias Modais, doutoramento, mimeo.

equilíbrio é também, nesse sentido, um artifício de retórica, usado para persuadir um público que sabidamente age orientado por ficções. Na Cambridge do início do século, entretanto, curiosamente essa desconfiança do equilíbrio também teve como epicentro o fenômeno monetário e seus fetiches.

A revisão crítica da natureza monetária das economias capitalistas era talvez o elemento mais decisivo da discussão acadêmica entre os economistas de Cambridge e faz muitas das conclusões de Keynes convergirem com a mensagem marxista: a economia capitalista não é capaz de se autoajustar espontaneamente, há uma tendência à instabilidade derivada da natureza especulativa do investimento decidido pelos empresários, a relação salarial é uma condição necessária para o funcionamento da economia, se não queremos ignorar o processo de acumulação, mas o consumo é passivo - em Keynes, os trabalhadores também estão subordinados a agentes hegemônicos, a relação entre poupança e investimento é problemática e há uma tendência a fetichizar a taxa de juros como variável de ajuste das economias rumo ao equilíbrio<sup>5</sup>.

Mas esses agentes relevantes, os capitalistas, defrontam-se com uma incerteza financeirizada: diante da incerteza, cada capitalista tenta adivinhar as condições de demanda futura - mas quanto maior a incerteza, maior a fuga do próprio sistema produtivo em direção ao dinheiro, às aplicações financeiras líquidas ou às várias possibilidades de proteção pelo Estado.

A teoria econômica de Keynes sistematizou de modo inovador essa relação entre o sistema financeiro sem sintonia com a órbita produtiva, uma relação aberta, propensa a crises de confiança e, por isso, tornando logicamente necessária uma regulamentação governamental estratégica.

A existência do dinheiro não pode ser compreendida apenas em relação às trocas, dizendo que o dinheiro existe apenas para facilitar as trocas. O dinheiro está sempre em relação a um conjunto de instituições (bancos). O Dinheiro é uma entidade que se alimenta da intermediação financeira e só faz sentido no contexto da criação de crédito.

Os bancos recebem depósitos e fazem empréstimos, operam portanto como intermediários. Mas o poder crucial dos bancos no sistema econômico capitalista é a criação do crédito. Dar crédito é como criar dinheiro. Os bancos têm portanto uma capacidade própria, até certo ponto independente do Banco Central, de criar liquidez e produzir inovações institucionais com base no estado de confiança das pessoas.

Essa realidade do sistema de crédito capitalista contraria a Teoria Monetarista, que vê a economia simplesmente como um conjunto de agentes que trocam produtos entre si, enquanto o Estado introduz dinheiro no sistema para facilitar as trocas.

Criar crédito significa que o dinheiro (o símbolo da riqueza) pode surgir antes que a riqueza representada surja. Ou seja, existe dentro do sistema econômico capitalista um poder de fazer as pessoas acreditarem que já existe uma riqueza antes que ela seja criada pelo trabalho e pela produção.

A palavra "crédito" está ligada a riqueza à palavra acreditar, confiar. Quando se diz que o sistema financeiro ou, em geral, a existência de um sistema capitalista está presa à idéia de crédito, de um sistema financeiro ou, em geral, a existência de um sistema capitalista que está ligado à idéia de crédito, subverte-se de uma maneira total a idéia de que

<sup>5</sup> Para um exame detalhado desse debate monetário fundamental, veja-se Bridel (1987).

a economia não passa de relações de troca entre proprietário de recursos dados. Porque não se trata de entender o funcionamento da economia a partir do que ela já herdou do passado, mas de procurar as forças e os poderes que governam essa crença na existência de riqueza futura e, portanto, poderes que reforçam o ideal de acumulação de riqueza.

O valor do dinheiro depende não apenas do conjunto de recursos que já existem nas economias, mas também das expectativas, da confiança na existência de uma riqueza futura. O funcionamento de uma economia capitalista o tempo todo depende não só do que já existe, das máquinas que já estão sendo usadas, da área que já está plantada, da indústria que está montada, mas depende o tempo todo de uma crença difusa, de uma crença que depende às vezes de forças cegas e irracionais na existência de riqueza futuras.

Cada nota de papel moeda tem seu valor subordinado a essas expectativas, a essa confiança maior ou menor no futuro, na capacidade das instituições existentes administrarem equilibradamente o processo de acumulação de riqueza. É uma crença cuja racionalidade fica em aberto, porque é impossível conciliar na prática o ideal de um equilíbrio na "oferta de dinheiro" por um banco central (uma regra) com as formas de acumulação sempre inovadoras nas esferas produtivas e financeiras (uma prática).

O Tempo em Keynes é portanto aberto e irreversível, ao mesmo tempo em que a incerteza com relação ao futuro, natural da espécie humana, torna-se crítica justamente porque ela é financeirizada. Assim como em Marx o dinheiro cria a possibilidade da crise, em Keynes o dinheiro camufla uma incerteza radical e a amplifica sob forma financeira.

A instabilidade financeira de Keynes, entretanto, não conduz inevitavelmente à crise geral porque o conservador autocrítico inglês tira dos bastidores as expectativas e a capacidade de persuasão intersubjetivas, ou seja, define a dinâmica social como momento da negociação, de armação de uma agenda estatal anti-cíclica, de legitimação. A irreversibilidade dos processos econômicos exige-nos uma capacidade não-econômica de apostar num futuro que seja coletivamente possível.

Marx e Keynes operam o discurso econômico a partir de lógicas que colocam em primeiro plano a necessidade de diagnósticos sobre a temporalidade. É precisamente a reflexão desses autores sobre a temporalidade que lhes permite acreditar em possibilidades de superação de antinomias. Ao radicarem suas análises na possibilidade de crise ou na instabilidade financeira, Marx e Keynes negam a tradição do pensamento econômico em pelo menos três aspectos cruciais:

1. A evolução das economias deixa de ser pautada por um tempo linear e objetivo;
2. Os futuros possíveis estão sobredeterminados pela formação de sujeitos em conflito cuja autoconsciência é sempre incompleta do ponto de vista da lógica econômica, ou seja, a análise instrumental perde sentido sem uma reflexão concomitante sobre a universalidade das normas pressupostas<sup>7</sup>;

<sup>7</sup> Novamente com Rouanet, para quem o valor central é a ética da maioria e a idéia iluminista "é as duas coisas: instrumento de análise e padrão normativo. As duas funções são interdependentes. Ela quer intervir na realidade e nesse sentido não é positivista, mas parte da realidade e portanto não é uma pregação edificante. A dimensão cognitiva é orientada por um interesse prático; por outro lado, a dimensão normativa deriva de fatos históricos e mantém seu vínculo com a realidade." (1993:43) Procuramos alinhar Keynes a essa reflexão ética, forte em Wittgenstein e, mais recentemente, em Habermas e Arendt, que exige uma nova "interdependência" entre conhecimento e prática.

3. A sincronia do sistema não é associada em nenhum momento a estados de equilíbrio repetitivos, sendo o equilíbrio ou qualquer outra visão de estado geral da economia sempre uma projeção simbólica ou expectacional que cumpre uma função implícita ou explicitamente legitimante.

Somente uma aguda consciência dessas tensões que animam a temporalidade nesses dois clássicos do pensamento pode evitar a pasteurização de suas idéias em modelos neo-liberais ou neo-deterministas, abrindo caminho para a percepção de que suas obras não são "teorias" no sentido convencional, mas convites à atuação política e, no limite, fundamentações lógico-históricas da ação política.

Nos dois casos (Marx e Keynes) a "coerência" da economia depende de procedimentos simbólicos e da "tomada de consciência" explícita e negociada de que o futuro da sociedade faz parte do jogo.

Há sempre um "projeto de sociedade" no jogo retórico e, assim, a teoria é ininteligível se não se traduz numa teoria da ação política. Torna-se necessário perceber que nenhuma relação entre essas tramas conceituais e o "tempo econômico" é logicamente suficiente para dar conta da prática histórica - antes impõem-se a definição de campos onde seja possível a "tomada de consciência" pelos atores/agentes em confronto, campo cuja existência depende crucialmente de uma *exposição discursiva* que se move continuamente entre a lógica e a história, uma teoria política da economia ou, abreviadamente, uma teoria da política econômica.

Mesmo a identificação de qual é, afinal, o Tempo do sistema abre-se a um descontínuo de possibilidades. No pensamento lógico-histórico, o social é atravessado por "saltos" e "sobressaltos". A totalidade é sempre um desafio incompleto e necessário, tanto do ponto de vista individual quanto da lógica possível do sistema.

A busca de uma lógica que não seja alheia à temporalidade em Keynes sugere a descoberta no autor de uma teoria econômica mais política que a economia política criticada por Marx.

A Política Econômica surge assim como um novo objeto, não como esta ou aquela "aplicação" de uma teoria ou paradigma consagrado, mas como a problematização mesma da idéia de aplicação de uma teoria.

O campo keynesiano está sob esse foco teórico, ainda que o keynesianismo tenha sido ao longo do tempo marcado pelas mais diversas e no mais das vezes conflitantes modelagens e propostas práticas de "administração dos negócios" e condução da coisa pública.

A compreensão plena desse percurso em que lógica e aplicação exigem uma revisão crítica e prática de pressupostos epistêmicos exige a atualização das preocupações expostas por Keynes desde o *Treatise on Probability*. Sua obra viria a inscrever-se numa dimensão comparável àquilo que Hannah Arendt denominava *vita activa*.